

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2005.
(Do Sr. GIVALDO CARIMBÃO)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sobre queixas contra possível desrespeito ao Código de Defesa do Consumidor por esse Órgão Governamental.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos arts.115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, sejam solicitadas informações a Sua Excelência o Senhor Ministro da Fazenda no âmbito da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, no sentido de responder às seguintes questões, em face de eventual descaso da função fiscalizatória pelo governo, segundo cadastro de reclamações em anexo:

1 - Quais providências regulatórias têm sido tomadas em resposta aos consumidores, que tiveram seus direitos não reconhecidos por empresas de seguro, no âmbito desse Órgão, conforme cadastro em anexo, divulgado pelo PROCON (por exemplo os itens 66, 72, 88, 105 e 190)?

2 - Quais ações, efetivamente fiscalizatórias, têm sido adotadas junto a essas ou a outras empresas em atendimento aos direitos dos consumidores?

3 - Quais procedimentos têm sido adotados em reparação de eventual dano ou desrespeito ao consumidor envolvendo esse Órgão, relacionado ou não com o referido cadastro?

JUSTIFICAÇÃO

Cadastro anual de empresas que mais tiveram queixas não atendidas durante o ano de 2004, divulgada pelo PROCON no dia do Consumidor, 15 último, revela que as empresas que deveriam ter seus serviços fiscalizados pelo Governo ou pelas Agências Reguladoras são as que mais desrespeitam o consumidor.

Ademais, pode-se intuir das declarações da Diretora-Presidente do PROCON-DF Maria Dagmar Freitas, ao Correio Brasiliense, edição de 13/3/2005, que os Órgãos Fiscalizadores do Governo são lentos, omissos e deixam o consumidor em último lugar entre suas prioridades.

Por outro lado, segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, de todos os setores da economia, os mais problemáticos são justamente os regulados por agências ou órgãos públicos, evidenciando a insatisfação da população com a fiscalização governamental.

Considerando, assim, a gravidade das notícias que vem sendo veiculadas reiteradas vezes sobre a atual situação desse Órgão Governamental, entendemos ser necessário e urgente maiores esclarecimentos, razão pela qual oficio o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em de março de 2005.

Deputado **GIVALDO CARIMBÃO**
PSB/AL

